

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E DA COMUNIDADE LOCAL NA ESCOLA: ELEMENTO PERTINENTE PARA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Givanildo da Silva¹
Inalda Maria dos Santos²
Fernanda Santos do Nascimento³

Eixo 4. Educação Superior, Gestão e Formação Docente

RESUMO:

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de campo que teve como objetivo perceber até que ponto a comunidade local e os pais se envolvem nas atividades educativas e nas decisões que interferem no processo pedagógico e administrativo da unidade escolar. A democracia e a participação são aspectos relevantes para que a comunidade e os pais estejam vinculados efetivamente no processo educativo. Utilizamos como metodologia estudos bibliográficos e visitas na escola; como coleta de dados a entrevista semiestruturada foi necessária para conversarmos com alguns funcionários da instituição e pais que frequentam a unidade escolar. Como resultado pudemos perceber que a comunidade e os pais pouco frequentam a escola; a unidade educativa necessita vivenciar estratégias que demandem maior participação dos pais para que esses sejam agentes ativos na unidade escolar, pois a cultura de participação ainda não é vivenciada e a escola como instituição deve possibilitar esse aspecto no interior da instituição pública para oferecer uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Participação; Pais; Comunidade; Gestão Participativa.

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de uma pesquisa com objetivo de perceber a atuação dos diferentes segmentos no contexto escolar. No texto é enfatizada a relevância da efetiva participação da comunidade e dos pais no interior da escola, buscando compreender a

¹ Mestrando em Educação Brasileira vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (CNPq/ UFAL). givanildopedufal@gmail.com

² Doutora em Educação e professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), vinculada ao Centro de Educação (CEDU), atuando no ensino e na pesquisa no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação da UFAL. Líder do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (CNPq/UFAL). inaldasantos@uol.com.br

³ Mestranda em Ciências das Religiões do Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões (PPGCR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integrante ao grupo de pesquisa Formação, Identidade, Desenvolvimento e Liderança de Professores de Ensino Religioso (FIDELID) UFPB/CNPq. Fernandasantos0302@hotmail.com

necessidade da parceria que se deve estabelecer entre escola, comunidade e família. Abordaremos durante a discussão, para melhor nos apoiar, teóricos estudiosos da gestão escolar como Sacristán, (1999); Paro, (2001); Hora, (2007); Dalbério, (2008); Gadotti (1995) e Lück (2010).

A prática efetiva da democracia na escola possibilita o envolvimento de todos os segmentos que compõem a instituição educativa, de modo que esses exerçam seu papel diante da escola, contribuindo com as decisões e sugestões para o sucesso da unidade escolar. A autonomia e a participação caminham entrelaçadas com a democracia, articulando um conjunto de ações que viabilizem a efetiva democracia na escola e, em consequência na sociedade.

No contexto da gestão participativa é pertinente a atuação de todos os segmentos que formam a escola para possíveis encaminhamentos que devem ser tomados. A prática efetiva da participação possibilita uma escola autônoma com possibilidades de mudanças. Ser gestor numa perspectiva participativa é possibilitar que todos os funcionários da escola, pais e comunidade participem, de modo que tenham vez e voz para solucionar os problemas existentes.

A escola como espaço para a efetiva democracia

Falar em democracia na escola, em especial, na pública nos remete ao livre pensamento de que, ela enquanto instituição social possui autonomia para realizar suas atividades, organizar seu calendário, seu modo de avaliar e planejar. Contudo, a temática da gestão participativa vem sendo tratada por diversos autores (LÜCK, 1998; PARO,1997; LIBÂNIO, 2007; SACRISTÁN, 1999, HORA, 2007 e outros)⁴ e apontam que essas práticas escolares ainda não acontecem de fato por muitos motivos e um dos principais é a falta de autonomia que os centros educacionais não têm, pois há uma subordinação com a Secretaria de Educação da localidade, em que todas as decisões passam por essa instância para ser aprovadas ou não. Nessa perspectiva, a autonomia da escola pública brasileira ainda é um dilema que terá que ser enfrentando por meio de lutas e conquistas da comunidade educativa.

⁴ Estudiosos da Educação, que pesquisam os processos de Gestão, Avaliação e Política da Educação brasileira.

A democracia é um fator importante que a escola deve ter em seu interior, ou seja, suas práticas educativas devem estar pautadas de processos em que inspire a democracia e a autonomia, pois é por meio delas que a sociedade deve se organizar. Sacristán (1999, p.13) sobre esse aspecto destaca que:

Democracia e educação são dois âmbitos de criação entrelaçadas para ações individuais e sociais que trazem consigo e estimulam a liberdade, porque partem de realidades indeterminadas, não fechadas, nas quais é lícito e possível pensar no que gostaríamos de ser.

Assim, podemos compreender que educação e democracia precisam estar entrelaçadas para que se tenha um olhar democrático diante de todas as ações a serem tomadas para o bem da instituição e ainda perceber que a comunidade local deve ser parte integrante dessa instituição participando de suas decisões para que de fato exista a democracia. A partir dos argumentos de Sacristán (1999) podemos perceber a importância que a comunidade tem para a efetiva compreensão de participação no interior da escola. Assim, se faz necessário destacar que a democracia na escola só acontecerá de fato, se a comunidade, os pais, a família se fizerem presentes, participando, discutindo e interferindo nas atividades escolares e nos processos decisivos.

Partindo da perspectiva da democracia e participação, é preciso enfatizar que a autonomia dos sujeitos que são envolvidos na instituição, é uma das condições fundamentais na concretização da gestão participativa, de modo que todos exerçam seus direitos frente à instituição escolar. As práticas de autonomia devem ser expressas por todos na escola, de maneira que os alunos possam compreender e vivenciar atividades democráticas oportunizadas na instituição educacional. É necessário que exista um vínculo entre alunos, escola e comunidade para que possa ter uma autonomia dos participantes para com a escola e exista um elo de participação e transformação por meio de todos que compõem a instituição escolar.

Dalbério (2008, p. 04) afirma que:

Para garantir a democracia exige-se a *participação popular*, a presença e intervenção ativa de todos. Não vale estar presente e somente ouvir e/ou consentir, é preciso aprender a questionar e a interferir. Exercendo verdadeiramente a *cidadania*, a população- pais, mães, alunos, professores, gestores e pessoal administrativo-, devem ser capazes de superar a tutela do poder estatal e de aprender a reivindicar,

planejar, decidir, cobrar e acompanhar ações concretas em benefício da comunidade escolar. (grifos nossos).

Nesse contexto, a democracia para ser de fato praticada é necessário a participação efetiva da família e da comunidade escolar de modo que todos exerçam a cidadania por meio da coletividade. É relevante destacar que a participação que falamos, não é a participação de corpo, mas sim uma prática que leve a questionar, discutir, problematizar e interferir junto à escola, ou seja, uma participação ativa. A escola necessita criar espaços para iniciar essas situações para que se comece a exercitar a democracia no interior da escola.

Na escola devem prevalecer práticas que levem ao entendimento da autonomia, democracia e participação, pois elas são principais meios de possibilitar espaço de discussão sobre aspectos e práticas democráticas, bem como estratégias para sua real efetivação. Hora (2007, p.05), enfatiza esse argumento explicitando que:

A escola, como organização social, também pretende ser um espaço democrático, de modo que os educadores profissionais, os alunos, os pais, os ativistas comunitários e outros cidadãos do contexto social imediato tenham o direito de estarem bem informados e de terem uma participação crítica na criação e na execução das políticas e dos programas escolares.

Desse modo, percebe-se que a participação de todos os componentes da escola e da comunidade local é necessário para o processo de desenvolvimento da escola, bem como para a existência de um amplo processo de informação, discussão e decisão em que todos tenham conhecimento do que acontece no interior da escola. A escola na qualidade de formação social deve ser um espaço onde todos discutam o que é democracia e encontrem espaços para a concretização dessa democracia na prática, em coletividade com a comunidade escolar e assim, possam alcançar grandes conquistas educacionais e sociais.

A escola deve propiciar por meio de suas práticas pedagógicas ações que viabilizem a democracia e participação através das relações interpessoais, relação escola-comunidade, os conteúdos, métodos de avaliação e sua concepção de educação. Assim, uma instituição que trabalha voltada para o desenvolvimento da democracia tem em suas práticas fatores que fundamentam tais perspectivas, tendo um embasamento de ações que favoreçam a participação, a criação do cidadão crítico e capaz de entender sua realidade, desenvolve a autonomia, a liberdade e a solidariedade. (HORA, 2007)

É papel das instituições educacionais proporcionar meios em que os cidadãos possam estar inseridos na escola com uma educação de qualidade e que essa favoreça o seu desenvolvimento intelectual e social, como afirma Sacristán (1999, p.15) “a educação democrática trabalha em favor da igualdade, ela própria favorecendo a igualdade, minando as diferenças devidas à origem social, à raça ou qualquer outra condição dos sujeitos”.

Nesse sentido, a escola é responsável por trabalhar o sentimento da igualdade para que os sujeitos entendam que independente de sua origem todos merecem respeito e tem os mesmos direitos. É papel da instituição educacional possibilitar a permanência dos alunos favorecendo meios com que eles aprendam e permaneçam na instituição educacional com sucesso na aprendizagem.

Para Sacristán (1999) nesse mesmo ambiente que dissemina-se a igualdade e a participação, o currículo deve ser o eixo central para a efetivação das práticas que possibilitam a democracia na escola, pois o currículo é o rumo que a escola deve seguir, é (deve ser) planejado por todos e se faz necessário que ele esteja pautado de situações em que o aluno seja o centro, participe e esteja a par das manifestações sociais para maior aprendizado, visto que:

A escola democrática deve transmitir capacidade, educação que torne os sujeitos habilitados para agirem na sociedade e entenderem-na, sem serem manipulados por obscurantismos de nenhum tipo ou por instâncias do governo invisíveis. Ou seja, a escola democrática, é antes de mais nada, ilustradora e desvendadora (SACRISTÁN, *ibid*, p. 16).

Nesse contexto, a escola deve manifestar práticas para fazer com que os sujeitos compreendam sua realidade, desvendem sua história e encontrem soluções para tentar mudar seu histórico. Assim, a escola estará tornando o sujeito autônomo e consciente dos fatores que contribuem para o desenvolvimento social com liberdade e racionalidade efetivando com sucesso o objetivo da escola, que é conscientizar o sujeito para realizar práticas que evidenciem a democracia, coletividade e a humanização.

As relações interpessoais é um dos fatores significativos para que a gestão participativa de fato aconteça no ambiente escolar, de modo que todos participem e não exista hierarquia de cargos, onde o diretor é o centro das decisões, sua palavra sempre seja a definitiva, mas sim, uma relação que favoreça a autonomia e participação de todos os envolvidos no processo educacional fazendo com que os valores democráticos sejam

efetivados. Dalberio (2008, p. 08) acredita que “a escola de hoje precisa articular-se para formar cidadãos aptos ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando soluções individuais e para a comunidade onde se vive”.

A escola deve estar sempre aberta à comunidade, pois com essa relação a comunidade participa das práticas escolares e com isso todos ganham com essa participação. Com essa prática haverá um apoio recíproco em que a colaboração de pais, familiares, comunidade e escola estará viabilizando para o exercício da democracia, logo a sociedade estará pautada de ações que contribuam para a cidadania e a democracia.

Para que de fato a escola esteja pautada de práticas que caminhem na perspectiva da democracia é necessário romper com o que está estabelecido e ousar para novas ações que necessitem a participação, coletividade e autonomia de todos que compõem a escola. Diante do exposto sobre os princípios necessários para a vivência de uma significativa gestão participativa.

A escola em análise

A instituição que realizamos a pesquisa fica localizada no município de Messias no estado de Alagoas. O município é uma cidade que tem aproximadamente 16 mil habitantes e tem cinco escolas públicas que oferecem a educação infantil e o ensino fundamental. A instituição pública funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno oferecendo o Ensino fundamental de 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos nos respectivos turnos. Atualmente são 468 alunos matriculados em quatorze turmas na escola. A faixa etária dos alunos de 1º ao 5º ano é de seis aos dez anos e os alunos da EJA variam dos quinze aos sessenta.

A estrutura da escola é composta por seis salas de aula, um laboratório de informática, uma sala de leitura, uma sala para professores, uma secretaria, um almoxarifado, uma cozinha, uma despensa, um pátio amplo e quatro banheiros, sendo dois para alunos e dois para os profissionais.

O envolvimento da comunidade e a participação dos pais na escola

A comunidade escolar e local tornam-se elementos decisivos para a efetiva parceria que se estabelece entre escola, pais e comunidade. Numa escola que tem como perspectiva a democracia, a participação dos pais e da comunidade é o norte para estabelecer essa parceria e possibilitar que esses agentes (comunidade e pais) sintam-se integrantes da instituição escolar. A atuação dos pais e da comunidade local é significativa para o pleno desenvolvimento das ações que são desenvolvidas no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, se faz necessário que a escola contribua para a participação dos pais e da comunidade compreendendo que essa relação colabora na aprendizagem dos alunos e na convivência entre escola e comunidade.

A escola torna-se assim, um espaço de todos, lugar de diálogo, interação e principalmente um âmbito de democracia e participação (LÜCK, 2010). Portanto, percebemos a importância da efetiva participação de todos os agentes escolares para o pleno desenvolvimento da unidade educativa.

O desenvolvimento escolar depende de vários fatores e um dos aspectos que contribui para o sucesso escolar é a atuação significativa por meio da participação entre escola, família e comunidade. Os pais e a comunidade são agentes que contribuem com a unidade educativa com sua presença, suas sugestões e favorecem a vivência da gestão participativa por meio de suas colaborações cotidianas. A unidade escolar a qual estamos nos referindo apresenta práticas de participação da comunidade e dos pais em algumas de suas propostas educativas. Segundo a gestora a comunidade participou em grande quantidade:

[...] no Projeto de arborização e nas duas feiras de cultura da escola. [...] Os alunos foram de porta em porta convidar a comunidade pra participar do evento. (*Projeto arborização*). [...] A comunidade participou na exposição, que foi um dia de sábado, e os alunos apresentaram o projeto na sala de aula e os pais vieram prestigiar o evento dos filhos. (*1ª feira*). [...] Os pais vieram em um número maior do que o ano passado e foi bem positiva a presença deles. (*2ª feira*). (Gestora da instituição. Grifo nosso)

Por meio do depoimento da gestora, podemos inferir que a escola através de seus projetos objetiva promover a participação da comunidade e dos pais para que venham prestigiar as atividades dos alunos. A unidade educativa ao estabelecer um vínculo entre alunos e comunidade realizando convite porta a porta prioriza pela participação de todos e contribui para a autonomia dos educandos no que se refere a aprendizagem e as propostas pedagógicas. A participação da comunidade nos eventos pedagógicos da instituição pressupõe que as práticas vivenciadas pela escola são ações que de fato favorecem a gestão participativa.

É pertinente destacar que a escola deve está atenta para não deixar que os pais venham à instituição escolar apenas como meros expectadores, mas sejam sujeitos conscientes dos trabalhos que estão sendo propostos, bem como sejam pessoas ativas em meio ao planejamento escolar, em que possam avaliar, decidir e apresentar sugestões para a efetiva contribuição com a unidade escolar. É importante enfatizar que participar é muito mais de visitar os eventos que acontecem no interior da escola, é sugerir projetos, avaliar o cotidiano escolar, contribuir participando em cada acontecimento importante da comunidade escolar (PARO, 2001).

Desse modo, pais e comunidade devem estar presentes no dia a dia da escola e essas práticas não devem partir deles, mas sim, a escola deve possibilitar a implantação dessa cultura no âmbito escolar para que pouco a pouco esses agentes da sociedade possam contribuir de modo significativo nas ações da instituição escolar. Contudo, é pertinente destacar que essa cultura não vai acontecer de imediato, mas deverão ser feitas diversas experiências que possibilite os pais compreenderem a importância de sua presença na instituição educativa.

Agindo nessa perspectiva, a instituição escolar estará oferecendo uma significativa contribuição para sociedade e possibilitando o efetivo exercício da cidadania, na medida que, demonstra o interesse na participação dos pais e da comunidade nas decisões escolares. Portanto, a escola necessária para sociedade do século XXI é a escola que possibilite práticas democráticas, estabeleça significativa relação com pais, comunidade e profissionais para de fato vivenciar ações que possibilitem a existência da democracia em seu interior (GADOTTI, 1995).

Outro aspecto que é necessário destacar diante dos resultados da pesquisa foi em relação à realidade que os pais vivem. A dificuldade de a escola aproximar-se desses pais, visto que:

[...] a comunidade é um pouco ausente, devido a carência, são pessoas menos esclarecidas, de família baixa renda que sobrevive do corte da cana e do bolsa família. São poucos os pais que efetivamente participam e colaboram com a aprendizagem de seus filhos. Mas prezamos pela participação de todos e tanto a comunidade quanto os pais são sempre bem vindos aqui na escola. (Coordenadora da instituição)

[...] sempre vejo pais aqui na escola, mas a maioria só vem para pegar declaração para o bolsa família, ou até mesmo quando são chamados pelos professores e pela coordenadora para resolver algum problema. Poucos são os pais que vêm à escola para saber do desempenho dos filhos ou algo desse tipo. (Funcionário da instituição)

Infelizmente a realidade social que muitos pais vivem contribui para falta de esclarecimento e a efetiva contribuição na educação dos filhos e na participação escolar. Portanto, é papel da escola promover momentos para conscientizar a relevância dos pais estarem presentes na escola de forma que contribuam nas atividades no dia a dia escolar.

No entanto, não é porque a comunidade é carente e os pais não têm esclarecimentos referentes às práticas escolares que a escola deva romper com a participação desses agentes sociais, pelo contrário, nessa perspectiva a instituição escolar tem um maior desafio em tentar articular ações em que os pais e a comunidade possam contribuir com a escola. Essa tarefa é um desafio que só pode acontecer efetivamente quando rompermos com os paradigmas arcaicos, bem como possibilitar vez e voz aos pais e comunidade para que eles se sintam atuantes e consigam perceber que sua participação contribui para um melhor desenvolvimento escolar.

Para tanto, se faz necessário que todos da comunidade escolar (professores, gestores, profissionais em geral) estejam conscientes de seu papel e da função social da escola. É papel social da escola possibilitar uma compreensão dos principais aspectos sociais existentes na comunidade local e mostrar a importância da mudança social, dos problemas que existem nas famílias e o poder de transformação que a sociedade tem diante dos dilemas existentes (LÜCK, 2010).

A escola foco de nossa análise por meio de seu projeto político-pedagógico (PPP) estabelece como função social da instituição “a busca do enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, visando a melhoria da qualidade, vinculando a escola junto à sociedade e à cultura do educando, despertando-lhe o interesse para o exercício da cidadania, construindo seu conhecimento permitindo assim, seu desenvolvimento” (PPP, 2008, p. 8). Assim, segundo o documento da instituição as práticas estabelecidas em seu PPP requer dos profissionais que trabalham na escola uma construção mútua da cidadania e a preparação para que os educandos vivenciem situações que os preparem para atuar na sociedade como sujeitos conscientes de sua cultura e de sua realidade.

Contudo, para que de fato essa função seja vivenciada é necessário que a escola abra suas portas para a contribuição e participação de todos, bem como entenda que a relação estabelecida com a comunidade e a família é o norte para o sucesso da gestão participativa.

Outro elemento pertinente é o trabalho que a escola promove para que de fato os pais e a comunidade se sintam integrantes da instituição. É relevante enfatizar o modo como a escola tenta mobilizar os pais à participação e não consegue envolver estes sujeitos para a efetiva necessidade da instituição. Na pesquisa foi possível detectar que a referida escola convoca os pais para reuniões, para informar os pais acerca do comportamento das crianças, bem como passar alguns avisos necessários:

Sempre que eles me convidam estou aqui. Eles enviam o comunicado que é pra vir para as reuniões, decisões sobre o desfile do dia 06 de setembro, feira de cultura e as reuniões de pais e mestres. [...] As reuniões é pra falar de notas, comportamento, para que agente possa melhorar a disciplina dos filhos, sobre isso... [...] A minoria que participa, nas reuniões é bem pouco pais que participam. (Segmento pais)

Como afirma a entrevistada, a escola aborda os pais de forma passiva, em que simplesmente convoca-os para ficarem cientes dos trabalhos que são desenvolvidos e mostrar o desempenho escolar dos alunos. Portanto, são nessas ocasiões (reuniões) que a escola tem a oportunidade de articular as opiniões dos pais, mostrar a realidade do cotidiano escolar e possibilitar ações efetivas dos pais em meio às decisões educativas.

As reuniões de pais e mestres são momentos significativos que a escola pode oferecer para articular a efetiva parceria com os pais e responsáveis. As reuniões devem ser bem preparadas para que os pais se sintam motivados a colaborar com a escola em suas fragilidades, bem como a serem sujeitos de cooperação no interior da instituição educativa.

Os pais e a comunidade em que a escola está inserida são agentes sociais essenciais para contribuir com as problemáticas existentes e são parceiros que devem colaborar sempre que possível com os trabalhos desenvolvidos na instituição (PARO, 2001). A participação nessa perspectiva se torna um elemento necessário para realização dos eventos que são promovidos pela escola e os pais são grandes aliados diante desse cenário.

Assim, a equipe gestora deve possibilitar a efetiva participação da comunidade escolar na instituição educativa para que a democratização da escola pública passe pelos integrantes da sociedade e em consequência contribua com todos na compreensão da cidadania. Para tanto, as reuniões de pais e mestres não devem ser apenas para informes e divulgação do que já foi feito na escola, mas seja um espaço de diálogo, participação e cooperação de todos os agentes envolvidos. Nessa perspectiva a comunidade deve avaliar e ajudar a decidir acerca das ações que acontecem no espaço educativo e, em consequência, exercer a democracia no âmbito da instituição educativa.

Paro (2001) reflete que a democracia na escola só se efetivará quando os pais estiverem presentes nas escolas contribuindo, decidindo e avaliando. Aos gestores cabe articular a comunidade, pais e todos os profissionais de educação presentes na escola para o pleno desenvolvimento escolar. Destaca ainda que a atuação de todos os segmentos favorece a democratização da escola pública na busca de efetiva qualidade da educação.

Portanto, com a participação dos pais e da comunidade a unidade educativa se fortalece e revigora suas forças diante dos dilemas possibilitando uma interação entre escola, família e sociedade. É necessário o envolvimento de todos para a concretização da efetiva participação na escola pública, principalmente a abertura dessas instituições para a contribuição dos pais e da comunidade. Agindo desse modo, a instituição estará possibilitando práticas democráticas e vivenciando a democracia no contexto educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola enquanto instituição social, agente de articulações dos saberes acumulados ao longo da história tem um grande desafio que é desenvolver em seu interior práticas que possibilitem aos alunos uma efetiva democracia e possa cada vez mais fazer com que esses sujeitos entendam seu papel de transformação na sociedade. Assim, a instituição educacional estará trabalhando de maneira que os sujeitos se emancipem, ou seja, de modo que eles entendam sua realidade e transforme-a com princípios de solidariedade, igualdade e respeito mútuo.

Para que essas concepções aconteçam é papel da escola trabalhar na perspectiva da gestão democrática, em que favoreça aos alunos participação, autonomia e criatividade e esses sujeitos sejam ouvidos e atendidos para que suas vozes sejam sinais de transformação e mudança no processo educativo. Se faz necessário destacar que todos os agentes da instituição educacional também participem das decisões, da elaboração de projetos que propiciem maiores oportunidades aos alunos e a comunidade local. Ao gestor é seu papel articular as diferentes opiniões e chegar a um consenso em que todos sejam atendidos e valorizados, sua função maior é proporcionar aos alunos uma educação de qualidade que ofereça igualdade e oportunidades para todos.

A escola deve se embasar de práticas democráticas e ofertar aos alunos essas práticas para que eles possam executá-las na sociedade. São vários os caminhos que a instituição educacional pode trilhar para alcançar esse objetivo, porém é no seu interior que deve se manifestar essas ações através do currículo, da avaliação e das práticas cotidianas. Agindo desse modo, a escola estará contribuindo com os sujeitos para que sejam capazes de praticar a cidadania e a democracia nos diversos âmbitos da sociedade e tornando-os sujeitos autônomos e críticos de sua realidade.

A participação da comunidade local é um dos discursos essenciais para a efetiva gestão democrática é por meio da parceria estabelecida entre escola e comunidade que a sociedade de fato se constitui como sociedade de todos e para todos. A participação dos pais na escola deve acontecer de forma dinâmica e que eles sejam ouvidos e atendidos em suas reivindicações, pois eles são os mais interessados em que aconteça uma educação de qualidade para os educandos.

Agindo desse modo, a escola estará agindo numa perspectiva democrática que possibilita a todos os sujeitos uma maior interação para uma vivência efetiva de democracia no contexto escolar. É necessário, portanto, os agentes que fazem parte da escola (gestores, professores, funcionários, pais, comunidade) estejam cientes dos objetivos propostos pela instituição e possam estabelecer uma significativa relação de trabalho e compromisso social.

REFERÊNCIAS

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**. N. 47/3, 25 de out. de 2008.

GADOTTI, Moacir. **A autonomia como estratégia da qualidade de ensino e a nova organização do trabalho na escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HORA, Dinair Leal da. Os sistemas educacionais municipais e a prática da gestão democrática: Novas possibilidades de concretização. **Revista Iberoamericana de Educación** n. 43/2, Junho de 2007.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SACRISTÀN, J. Gimeno. O que é uma escola para a democracia? **Revista Intercâmbio**- Ano 3, n. 10, ago/out, 1999.